

DE OLHO NO CONGRESSO



Os trabalhadores estão mobilizados para barrar uma série de projetos que estão para ser votados no Senado e na Câmara no início deste ano.

O primeiro desses embates é contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado 555, o PLS 555/2015, que abre caminho para a privatização de todas as empresas públicas, desde as fe-

derais até as municipais.

O Brasil possui, só no âmbito federal, 140 estatais que empregam quase 540 mil trabalhadores e têm seus ativos totais avaliados em R\$ 4,5 trilhões. O patrimônio líquido é de R\$ 611,7 milhões. Os dados, de dezembro de 2014, são do Ministério do Planejamento.

De quem é o PLS 555 - De autoria do senador Tasso Jereissati, PSDB-CE, o PLS 555 tem por base outro PLS, o 343, do senador Aécio Neves, PSDB -MG. Conhecido por Estatuto das Estatais, prevê transformar em sociedades anônimas empresas cem por cento públicas como a Caixa e BNDES. Além disso, a matéria recebeu emendas, como a do senador José Serra, do PSDB-SP, que possibilita até a abertura de exceção para contratação sem concurso público.

O PLS 555 estava para ser votado em 16 de fevereiro, mas foi adiado. No entanto, segue na pauta do Senado em regime

de urgência.

O movimento sindical luta para que ele seja derrubado e, em seu lugar, entre substituto do senador Roberto Requião, PMDB-PR, que altera vinte pontos considerados "críticos", como a intenção original de transformar as estatais em sociedades anônimas.



Pautas bomba

O PLS 555 é uma das pautas bombas contra os trabalhadores. Outra é o PLC

30/2015 – aprovado na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 4330 - que permite a terceirização sem limites.

Os trabalhadores devem participar da mobilização enviando mensagens de protestos cobrando que os senadores rejeitem projetos que prejudicam o país.

Os senadores por São Paulo são Aloysio Nunes (aloysionu nes.ferreira@senador.leg.br), José Serra (jose.serra@senador. leg.br), do PSDB, e Marta Suplicy (marta.suplicy@senado ra.leg.br), do PMDB.

SANTANDER DEMITE PCDS



O Sindicato está cobrando que o Santander reintegre os bancários com deficiência que foram prejudicados pelo rebaixamento na nota de avaliação do programa de remuneração variável.

Entre os dispensados há, inclusive, trabalhadora que teve acesso ao chamado crédito consciente, concedido apenas a quem tem

bom desempenho e é considerado um excelente profissional pelo banco.

O Sindicato também quer que o banco forneça os dados que envia ao Ministério do Trabalho e Previdência para a composição do Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. A medida serve para averiguar se o Santander cumpre a cota de PCD na instituição financeira.

LICENÇA-PATERNIDADE MAIOR

O Senado aprovou em 3 de fevereiro o Marco Legal da Primeira Infância. O projeto (PLC 14/2015) prevê um conjunto de ações de proteção aos primeiros seis anos de vida da criança, desde sua gestação. O texto segue agora para sanção da presidenta Dilma Rousseff.



O novo prazo, se sancionado, não será obrigatório, valendo apenas para empregadores que aderirem ao Programa Empresa -Cidadã, a exemplo da licença -maternidade ampliada de 180 dias, conquistada pelos bancários em 2009.

A dirigente sindical Neiva Ribeiro, representante do Sindicato na mesa temática sobre igualdade de oportunidades com a Fenaban, a federação dos bancos, declara que a medida significa um avanço e que o movimento sindical se mobilizará para que a presidenta sancione o texto. Depois disso, vai cobrar dos bancos que adotem a medida.

Mas ela destaca que o Sindicato continuará reivindicando licença-parental de seis meses para cada um dos pais em períodos

alternados.

Cadastre-se pelo *www.spbancarios. com.br/servicos/email.aspx* e receba notícias do Sindicato.







Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região 💷

www.spbancarios.com.br



Impresso por Gráfica Braille Civiam Tel.: (11) 3884-2423 www.civiam.com.br

Publicação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Telefone 3188-5200. Presidenta: Juvandia Moreira; Secretária de Imprensa: Marta Soares. Produção: Secretaria de Imprensa e Comunicação. Edição: Jair Rosa. Design: Linton Publio.